

As principais propostas em debate

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O seminário "O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas", organizado pela Fundação Alexandre Gusmão, do Itamaraty, e patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reuniu pensadores renomados que trouxeram a Brasília o que existe de mais novo em discussão nos centros de pesquisa dos EUA, da Europa e da América Latina. A seguir, um resumo das idéias de alguns expo-

● Colin Bradford, economista-chefe e assistente do administrador do Bureau de Coordenação de Programas e Políticas Públicas dos EUA, falou da globalização mundial e da existência de uma verdadeira "desordem mundial". Políticas de nações importantes, como os EUA, estão dominadas por questões domésticas. Sugeriu que o novo Estado seja aberto às pressões criadas pela informação dos vários grupos de interesses, tornando-se um Estado catalisador.

● Manuel Castels, diretor do "College of Environmental Design", Universidade da Califórnia (Berkeley), foi um dos mais aplaudidos. Sua exposição abordou os novos paradigmas tecnológicos, baseados em uma economia global, aquela que funciona em "tempo real em escala planetária". As novas tecnologias não criam nem destroem empregos, mas os transformam. A atual revolução tecnológica permite a individualização, a fragmentação extrema do processo de trabalho com as

novas redes de comunicações. Hoje em dia nas sociedades industriais avançadas há um aumento na proporção de "autotrabalhadores". Isto tem enormes consequências sociais para os sindicatos, que são "on line", e consequências também para o Estado de Bem Estar, que deve se transformar, porque muitos trabalhadores já não se incluem nesse sistema. Revolução da cultura eletrônica: "a mensagem é o meio". "Os meios se adaptam às mensagens." Consequências: os partidos políticos tradicionais entraram em crise porque não estão acostumados a trabalhar com essa cultura eletrônica. Na nova sociedade o poder se origina em torno dos fluxos tecnológicos, financeiros e de inovação. Os Estados nacionais entram em crise porque são pequenos para controlar os fluxos globais. O Estado deve ser flexível e aberto ao sistema mundial e à sociedade.

● Abraham Lowenthal, diretor do "Center for International Studies", da Universidade do Sul da Califórnia, disse que depois da valorização excessiva das economias de mercado e de um desencanto com as políticas domésticas, está aumentando o reconhecimento da importância dos temas sociais. O conceito de segurança hoje é diferente. Os EUA, por exemplo, dependem das exportações mundiais e de cooperação internacional.

● Alain Touraine, autor de livros clássicos sobre sociologia e política na América Latina, disse que "nos encontramos em um mundo sem atores, em que houve o desaparecimento das cate-

gorias sociais. Temos uma rede imaterial que se chama mercado e por outro lado observamos a volta das identidades. O mundo de hoje são auto-estradas de consumo, de comunicação, e guetos, tribos, que se comunicam entre si através do mercado, de violência, da guerra. O que vivemos é quase o desaparecimento da sociedade."

Touraine diz que o problema real é como o Estado pode fomentar, como sistema político, a formação de atores. Em países como os da América Latina, o Estado deve aparecer como aquele que garantirá a recriação da unidade nacional. Em relação ao Brasil, Touraine comentou a este jornal que se trata de um dos países que fizeram por último a abertura econômica e tem grandes disparidades sociais. "O governo Fernando Henrique Cardoso é o único que pode tratar dos dois problemas: colocar ordem no setor público e lutar contra a desigualdade social. Não há políticas liberais e populistas."

● Adam Przeworski, da Universidade de Chicago, disse que "queremos um Estado menos intervencionista, mas não queremos um Estado neoliberal".

● Albert Fishlow, da Universidade de Berkeley, Califórnia, defendeu pesados investimentos em educação, aumento das taxas de acumulação de capital e o uso das grandes reservas internacionais em investimentos para um crescimento real da economia.

● Alfred Stepan, reitor da Central European University de Budapeste, afirmou que a crise do Estado-nação não levou ao fim da história. Os países estão aprendendo

a reconciliar o Estado-nação e o Estado.

● Constantino Vaitsos, da Universidade de Harvard, disse que com a globalização as regras do jogo, as estratégias das corporações transnacionais mudaram. Elas não seguem uma estratégia multinacional. Hoje cerca de 40% do comércio internacional implica intercâmbio entre empresas filiais.

● Eric Hobsbawn, professor da New School for Social Research, de Nova York, autor de trabalhos clássicos sobre a revolução industrial e sobre o pensamento político, defende maior redistribuição da renda. "O aumento da riqueza vai bem. O problema é como distribuí-la com equidade." Disse que o Brasil é um dos campeões da desigualdade social e que a distribuição de renda deve ser vista como um valor financeiro. O Japão, por exemplo, tem uma distribuição de renda maior do que a da Suécia.

● Felix Peña, especialista em relações econômicas internacionais e em integração na América Latina, especialmente no Mercosul, sugere aos sócios Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai aprofundar as disciplinas coletivas em matéria de políticas macroeconômicas e voltar a privilegiar o enfoque setorial.

● Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), disse que "as coisas não estão fáceis porque há um cansaço do ajuste". Abordou os dilemas que se apresentam para a região: taxa de juros, tipo de câmbio, transformações no setor financeiro, "o que menos mudou".